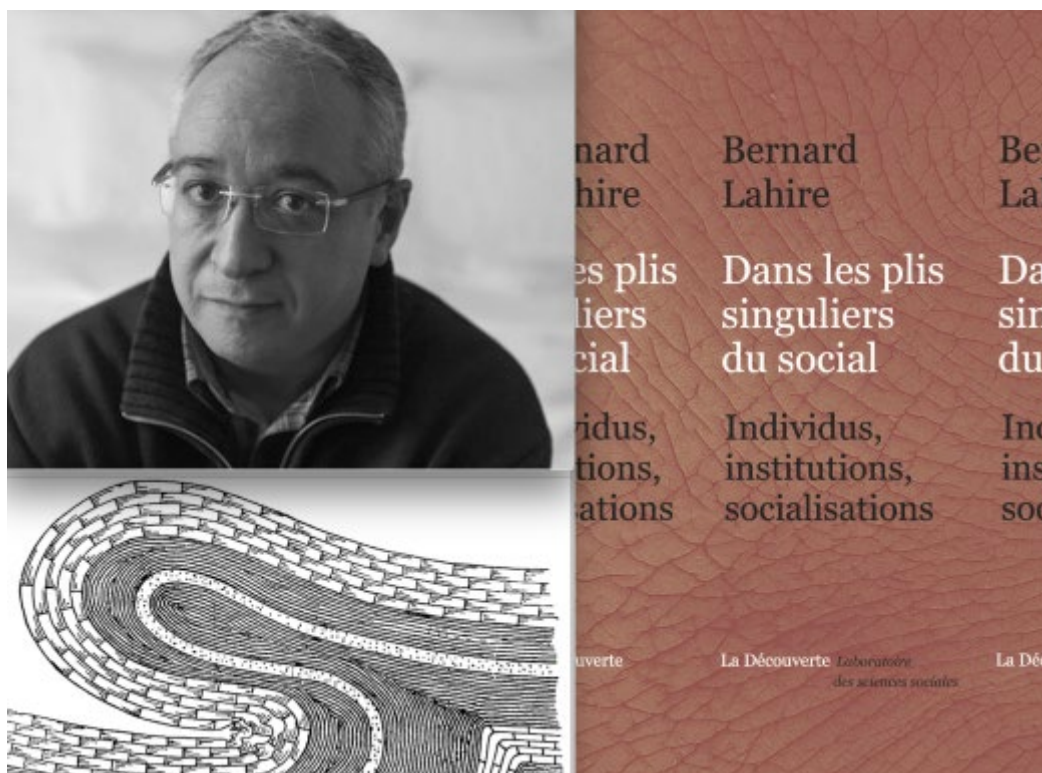


O Singular Plural



Por **Bernard Lahire (ENS-Lyon, França)**[\[1\]](#)

Tradução: Thiago Panica

“Ele se pôs a procurar, entre as inúmeras impressões que o tempo havia depositado, folha a folha, dobra a dobra, vagorosamente, continuamente em seu cérebro”[\[2\]](#) (Virginia Woolf, *Vers le phare*, Gallimard, “Folio”, Paris, 1996)

No momento em que o Homem se encontra sob a tendência em ser cada vez mais apresentado ou idealizado como um ser isolado, autônomo, responsável, guiado por sua razão, oposto à “sociedade” contra a qual ele defenderia sua “autenticidade” ou sua “singularidade”, as ciências sociais possuem mais do que nunca o dever de revelar a fabricação social dos indivíduos. Pois o social não se reduz ao coletivo ou ao geral porquanto se encontra nas dobras as mais singulares de cada indivíduo. Tal qual eu a concebo, uma sociologia à escala dos indivíduos responde assim à necessidade histórica de pensar os fatos sociais no seio de uma sociedade em que se sacraliza o indivíduo como maneira eficaz de responsabilizá-lo por seus próprios insucessos.

O interesse que experimentei, desde os primeiros anos de meu percurso científico, pela teoria do habitus me conduziu progressivamente a forjar a convicção segundo a qual se faz necessário examinar o mundo social à escala dos indivíduos. A concepção de que existe um social (ou uma história) em estado incorporado, sob a forma de disposições a agir, a crer, a sentir, etc., me parece fundamental quando nos propomos compreender as práticas ou os comportamentos.

Este interesse se acompanhou entretanto de um questionamento, teoricamente argumentado e empiricamente fundamentado, de um certo número de aspectos do conceito de habitus. O ponto principal que me levou destacadamente a sistematizar a mudança de escala e de ponto de vista do conhecimento concerne à questão da “transferibilidade das disposições”, mais postulada do que verificada empiricamente pela teoria do habitus enquanto “sistema de disposições duráveis e transferíveis”. Ao observar o mundo social à escala individual, tomamos rapidamente consciência do fato de que as “influências” socializadoras que modelam os indivíduos estão longe de ser perfeitamente coerentes, contrariamente ao que se pressupõe quando se evoca abstratamente as “classes de condições de existência” constitutivas dos habitus, que os indivíduos portanto raramente possuem patrimônios de disposições homogêneas, e, enfim, que as disposições (mais ou menos fortemente constituídas e mais ou menos heterogêneas) de que eles são portadores não se transferem sistematicamente de uma situação à outra.

Visando explicitar e nomear o tipo de programa que eu desenvolvia, comecei a falar em “sociologia psicológica”[3], inicialmente sem ter ao espírito que Émile Durkheim e Marcel Mauss haviam eles mesmos utilizado algumas vezes esta expressão ou expressões próximas (“sociopsicologia” ou “psicologia coletiva”[4]). A intenção principal era para mim sublinhar a legitimidade científica da questão da variação individual[5] dos comportamentos, evidente em uma parte da psicologia porém ausente do domínio da sociologia. Meu projeto científico não saía portanto do domínio das ciências sociais visto que consistia em uma resposta lógica aos problemas oriundos da teoria do habitus e por conseqüência não havia nenhuma razão em posicioná-lo sob o estandarte disciplinar da psicologia (diferencial, social, coletiva ou outra).

Ao utilizar a partir de então mais frequentemente a expressão “sociologia à escala individual”, eu me esforço em evitar todas as expectativas (frustradas) logicamente passíveis de serem engendradas pela expressão “sociologia psicológica”. Nenhuma dúvida de que uma parte do que se faz e se pensa em psicologia social hoje poderia ser considerado como legitimamente sociológico, apesar de sua vinculação institucional à psicologia. Mas isto já é uma outra história.

A fronteira entre o domínio da sociologia e o domínio da psicologia não cessou, no decurso histórico destas disciplinas, de se constituir como objeto de debates e de ser deslocada. Tomemos dois exemplos emblemáticos: Erving Goffman e Norbert Elias. Atualmente canonizado como sociólogo mundialmente conhecido e reconhecido, o primeiro não foi menos percebido no início de sua trajetória – perto do fim dos anos 1950 nos Estados Unidos – como um pesquisador de perfil “psicologia social”[6], devido ao fato de interessar-se por questões situadas no âmbito das interações inter-individuais ou às relações dos indivíduos com as situações sociais, e menos aos grupos e suas inter-relações. Em um contexto totalmente outro, sabemos que o segundo desenvolvia seus trabalhos, no decorrer dos anos 1950 na Inglaterra, sob esta mesma rubrica de “psicologia social”. Podemos nos perguntar porque aquilo que aparece a uma época como dizendo respeito à psicologia social pode, em outra época, ser percebido como se situando no coração da disciplina sociológica? A evolução das percepções concernentes ao que é sociológico e ao que não o é implica no delicado problema da definição do “social”, e mais precisamente na questão das lutas científicas acerca do monopólio da definição legítima do “social”.

Assim, quando falei em sociologia psicológica, depois em sociologia à escala individual, o fiz para designar o tipo de trabalho que me parecia indispensável conduzir se desejássemos fazer do social em estado incorporado ou do social individualizado outra coisa que não uma simples evocação retórica unicamente destinada a lembrar que o social se encontra tanto no interior dos atores como em seu exterior. Por meio de quais operações o exterior se dobra no interior e como se organizam, no seio de cada indivíduo, e nas suas relações com os distintos contextos estruturantes de sua ação, os produtos destes dobramentos?

A metáfora do “social em estado dobrado” ou “desdobrado” não é mais do que uma maneira sugestiva de se colocar e representar as coisas. Ela significa que o mundo social não se apresenta somente enquanto realidades exteriores (coletivas e institucionais), pois que existe também em estado dobrado, quer dizer sob a forma de disposições e de competências incorporadas. Cada indivíduo porta em si competências e disposições a pensar, sentir e agir, que são os produtos de suas experiências socializadoras múltiplas[7].

Tudo aquilo que é institucional e cientificamente decomposto (a escola, a família, a empresa, o clube esportivo, o partido político ou o sindicato, a Igreja, o grupo de pares, etc.) se recompõe (no sentido de um entrecruzamento) de uma certa maneira em cada indivíduo[8]. Estes dois fatos remetem às realidades estruturais de massa ou de classe, aos interesses coletivos comuns e às formatações e condicionantes coletivos de uma parte, e às possibilidades infinitas de variações sobre os mesmos temas que constituem os indivíduos em sua história relativamente singular, de outra. Estes últimos atravessam e experienciam, diacrônica e sincronicamente, espaços, ambientes, grupos ou universos sociais que podemos optar por estudar separadamente. Entretanto, o desdobrado e o dobrado, e decomposto e o recomposto, o coletivo e o singular não se opõem de modo algum. Se trata somente de pontos de vista diferentes e complementares acerca de uma mesma e única realidade social.

Se representarmos o espaço social em suas diferentes dimensões (econômica, política, jurídica, cultural, esportiva, sexual, moral, religiosa, científica, etc.; dimensões elas mesmas decomponíveis em subdimensões) à maneira de uma folha de papel, então cada indivíduo será comparável a uma folha amassada. Estas dimensões se dobras sempre de uma forma relativamente singular em cada ator e o pesquisador que se interessa pelos atores particulares encontra em cada um deles o produto de um conjunto de dobramentos do espaço social. As ciências sociais têm estado preocupadas há muito tempo exclusivamente com o estudo do social em estado desdobrado, desindividualizado, dessingularizado, priorizando o estudo de estruturas sociais, grupos, instituições, organizações ou sistemas de ação. Chega-se mesmo, em certos casos, até a rejeição do estudo de caso individual e da biografia. Preteridos pela porta, todavia os indivíduos geralmente retornam pela janela, forçando os pesquisadores a adaptar suas

ferramentas teóricas e metodológicas de modo a poderem pensar a especificidade de seu objeto e as relações entre o dobrado e o desdobrado[9].

A utilidade em sugerir-se a metafórica da dobra está também no fato de que o “interior” não é senão um “exterior” em estado dobrado. Não há para os indivíduos nenhuma existência possível fora do tecido social. E, mais ainda, as fibras deste tecido, que se cruzam e entrecruzam, são constitutivas de cada indivíduo. O interior consiste no exterior dobrado e não possui assim nenhuma espécie de especificidade além das capacidades gerais de um cérebro e de um sistema nervoso pronto a se nutrir de todas as experiências humanas possíveis[10]. O mito da interioridade[11], que faz desta última uma realidade autônoma, anterior a toda forma de experiência, é desta forma seriamente minado por dentro pelas ciências sociais.

Entretanto, a via na qual me engajei foi por vezes mal compreendida no interior de um universo científico muito clivado. Assim, certos comentadores precipitados me situaram ao lado daqueles que pensam que as classes sociais não existem mais, daqueles que delas se desinteressam ou que, pela escolha da escala de análise, fazem desaparecer todas as espécies de objetos macrosociais (instituições ou ambientes assim como grupos ou classes). É suficiente, no entanto conferir a importância das classes sociais e das instituições em meus sucessivos trabalhos, inclusive os estudos de caso que situam sempre os indivíduos estudados no espaço social e lhes apreendem no quadro das instituições familiares, escolares, profissionais etc., para fazer cair por terra tais juízos calcados mais no apressado desejo em desqualificar o adversário do que no exame atento de seus trabalhos. O estudo do social em estado dobrado não teria sentido algum caso não pudesse se apoiar no estudo do social em estado desdobrado. Não é porque nos afastamos, na medida em que a lógica da pesquisa o impõe, da análise macroscópica das distâncias entre as classes sociais para nos interessar nas complexidades disposicionais e nas variações interindividuais ou intra-individuais de indivíduos socialmente situados que questionamos a existência de tais distâncias[12]. A microbiologia molecular nunca foi acusada de negar a existência dos planetas; o mesmo deveria suceder nas ciências sociais.

Não somente as classes sociais (origens sociais e classes de pertencimento) estiveram onipresentes em meus trabalhos na definição dos casos individuais estudados como eu sempre parti desta base antes de complexificar o modelo de determinações. Assim, não me ocorreria jamais ao espírito fazer da idade ou do sexo, da filiação religiosa ou política, da localização na fratria ou da origem “étnica”, etc., dimensões independentes das condições de classe definidas a um só tempo por um determinado nível de rendimento e de propriedades escolares e culturais. Complexificar a rede de determinações que pesam sobre cada indivíduo singular em nada autoriza estilhaçar toda distinção entre propriedades principais e secundárias ou a tomar certas singularidades ou certas dimensões da condição de classe por princípios explicativos separáveis e independentes.

Mas o pertencimento de classe assim como as origens de classe não explicam tudo. “O marxismo concreto, escrevia Sartre, deve aprofundar os homens reais e não dissolvê-los em um banho de ácido sulfúrico[13].” Em matéria literária, certos marxistas puderam afirmar que “o realismo de Flaubert se encontra em relação de simbolização recíproca com a pequena burguesia do Segundo Império”, contudo sem explicar “porque Flaubert preferiu a literatura a tudo, nem porque ele viveu como um anacoreta, tampouco porque escreveu estes livros no lugar daqueles de Duranty ou dos Goncourt”[14]. E poderíamos desenvolver o mesmo tipo de comentário acerca da posição no campo ou do pertencimento a tal ou qual instituição. Quando temos necessidade de compreender as “razões” pelas quais tal indivíduo particular agiu do modo como fez, não podemos mais nos contentar em recorrer apenas às grandes determinações de grupo, classe ou campo. A investigação exige então que o conjunto dos espaços de modelagem social (familiar, escolar, profissional, cultural, político, religioso, esportivo, etc.) por que o indivíduo passou sejam levados em conta. Começando pela família particular no seio da qual ele experienciou sua classe. E é deste gênero de complexificação e sutileza que precisa, destacadamente, a sociologia dos criadores ou dos intelectuais como maneira compreensão das obras. Mas ainda que desejássemos explicar o comportamento familiar, cultural ou profissional singular de um operário da construção civil ou de uma dona de casa, o procedimento não seria distinto. A relativa singularidade de um indivíduo, produzida sob o efeito de uma complexa rede de determinações sociais, não se

restringe aos fenômenos de excepcionalidades socialmente reconhecidas (e.g. o “gênio” de Mozart ou de Poussin).

Quando a lógica da pesquisa nos conduz a estudar o comportamento singular de um determinado indivíduo mais do que o comportamento coletivo de indivíduos considerados enquanto membros de grupos, comunidades ou classes, não podemos mais nos contentar em descrever e analisar a realidade em seus grandes traços. Buscar compreender a natureza da obra de um artista ou de um certo erudito, a situação escolar de um determinado aluno, a passagem ao ato criminoso, a tentativa de suicídio, o comportamento alimentar de uma pessoa anoréxica ou bulímica ou o destino singular de um indivíduo, com suas etapas obrigatórias assim como suas bifurcações e rupturas surpreendentes, requer a incursão na complexidade das determinações tanto disposicionais como contextuais.

Mais surpreendente ainda, portanto, é a maneira como O homem plural e as pesquisas que consistiram em realizações particulares de seu programa foram associados a uma visão “menos determinista” de um ator supostamente mais livre e autônomo. Aquilo sobre o que insisto é, ao contrário, o fato de que os atores são multisocializados e multideterminados e que é precisamente por esta razão que eles não estão nas melhores condições para sentir ou obter a intuição prática do peso destes determinismos. Quando o ator é plural e sobre ele se exercem forças diferentes segundo os contextos nos quais se encontra, ele não pode senão experimentar o sentimento de uma relativa liberdade de comportamento. Poderíamos dizer que somos demasiado multisocializados e multideterminados para adquirirmos plena consciência de nossos determinismos. Se nos tentamos a chamar “sentimento de liberdade” o produto desta multideterminação, por quê não? Entretanto este sentimento nada tem que ver com a liberdade soberana do ator que certas filosofias da ação nos apregoam em permanência.

Eu não saberia dizer o que é mais consternador para mim: constatar que este gênero de “leitura” de meus trabalhos é em parte realizado por pessoas que me felicitam por participar do coro individualista ao fornecer a imagem de um indivíduo mais livre, “remontando suas identidades” ou “inventando sua vida”, ou por outro lado receber os ataques daqueles que, pelos mesmos motivos, me

desaprovam. Algumas vezes desejaríamos simplesmente partir na ponta dos pés e deixar que ambas as partes adversárias se digladiem entre si^[15]. [...] ^[16]

Notas:

[1] “Le singulier pluriel”. Este artigo corresponde ao prefácio do livro, do mesmo autor, *Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations*. Paris: La Découverte, 2013. Tradução de Thiago Panica Pontes.

[2] NT: O original em francês: “Il se mit à rechercher parmi les innombrables impressions que le temps avait déposées, feuille à feuille, pli à pli, doucement, continuellement, sur son cerveau”.

[3] B. Lahire, *L’homme pluriel. Les ressorts de l’action*, Nathan, Essais & Recherches, Paris, 1998, p. 223-239. (N.T. Homem plural: os determinantes da ação. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.)

[4] Marcel Mauss menciona indistintamente “psicologia coletiva” ou “sociologia psicológica” em “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie” (1924), in M. Mauss, *Sociologie et anthropologie*, PUF, Quadrige, Paris, 1991, p. 283-310. Durkheim utiliza a expressão “sociopsicologia” em *De la division du travail social* (1893), PUF, Quadrige, Paris, 1991, p. 341 e escreve alguns anos mais tarde que “a psicologia coletiva é a sociologia em sua totalidade” (“Représentations individuelles et représentations collectives”, *Revue de métaphysique et de morale*, tome VI, mai 1898). Cf. também M. Halbwachs, “La psychologie collective d’après Charles Blondel”, *Revue critique*, nº 107, 1929, p. 444-456; “La psychologie collective du raisonnement”, *Zeitschrift für Sozialforschung*, 1938, p. 357-374 e “Conscience individuelle et esprit collectif”, *American journal of sociology*, vol.44, 1939, p. 812-822. Maurice Halbwachs foi inclusive eleito em 1939 ao Collège de France para uma cadeira intitulada “Psicologia coletiva”.

[5] Variação que pode ser intra-individual (um mesmo indivíduo agindo, pensando ou sentindo diferentemente em contextos diferentes) ou inter-individual (dois indivíduos, da mesma classe social ou da mesma família, agindo, pensando ou sentindo diferentemente).

[6] Y. Winkin, “Erving Goffman: portrait du sociologue en jeune homme”, In E. Goffman, *Les moments et leurs hommes*, Seuil/Minuit, Paris, 1988, p. 13-92. 1988, p. 87.

[7] B. Lahire, *Portraits sociologiques. Dispositions et variations individuelles*, Nathan, collection *Essais & Recherches*, Paris, 2002. (N.T. Retratos sociológicos: disposições e variações individuais. São Paulo: Artmed, 2004.)

[8] O psicólogo Henri Wallon defendia, em relação às crianças, que “muitos ambientes podem se recompor no interior do mesmo indivíduo e mesmo se encontrar em conflito” Cf. H. Wallon, “Les milieux, les groupes et la psychogenèse de l’enfant.”, *Cahiers internationaux de sociologie*, 1954, p.5.

[9] É isto que fiz em um livro consagrado a Franz Kafka, sua biografia sociológica e sua obra literária. Notadamente demonstrei como era necessário remontar às experiências socializadoras anteriores àquelas do jogo literário (família, escola), observar as experiências paralelas àquela do jogo literário (experiências profissionais, políticas, sentimentais, etc.), e mesmo compreender as grandes estruturas sociais (nacionais, lingüísticas, religiosas, sociais) do Império austro-húngaro, para chegarmos a compreender a obra literária de Kafka. Cf. B. Lahire, *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales, Paris, 2010.

[10] P.-M. Lledo e J.-D. Vicent, *Le cervau sur mesure*, Odile Jacob, Paris, 2012. Cf. “Chapitre 4: Le cervau disposé”

[11] J. Bouveresse, *Le mythe de l’intériorité. Expérience, signification et langage privé chez Wittgenstein*, Minuit, Paris, 1987.

[12] Cf. B. Lahire, “Les classes sociales: objet d’études ou instrument de disqualification?”, *Mouvements*, nº 29, septembre-octobre 2003, p. 179-180.

[13] 11 J.-P. Sartre, *Questions de méthode*, Gallimard, Tel, Paris, 1986, p.44.

[14] *Ibid.*, p.56.

[15] Eu penso aqui na situação perfeitamente ubuesca a propósito de um livro (A cultura dos indivíduos. São Paulo: Artmed, 2006) comentado de modo totalmente caricatural e distorcido por um jornalista do Monde (Bertrand Le Gendre, “La culture, le numérique et le Karaoké”, Le Monde, 25 novembre 2004), citado com igual impropriedade por um jornalista de France Inter que se apoiava no mesmo artigo publicado (Yves Decaens, revue de presse du matin, France Inter, le 25 novembre 2004: “De fato – e é o que demonstra Bernard Lahire em seu livro –, nesta época de internet, do DVD, do digital, da televisão por satélite a cultura tornou-se um vasto self-service onde cada um degusta de acordo com seus gostos e seu humor, de maneira totalmente imprevisível!”), para ainda me ver citado em 13 de dezembro de 2004 de maneira crítica por um animador do site ACRIMED (Action-Critique-Médias), o qual deixa transparecer que os comentários dos dois jornalistas em questão seriam fidedignos à obra. (<http://www.acrimed.org>). Em uma tal circulação de comentários, apenas uma coisa se encontra ausente em todas as partes: uma leitura rigorosa do texto que não diz em lugar algum aquilo que cada um, com seus interesses e inclinações próprias, pretende fazê-lo dizer.

[16] O restante do artigo, correspondente ao mencionado prefácio, se refere à apresentação dos capítulos do que se segue no livro Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations.